
Rendall Collins, *Four Sociological Traditions*. Oxford University Press, 1994.

A noção de tradição terá inevitavelmente que vir à colação quando se procura desenvolver a cartografia de um determinado arquipélago cognitivo. Desempenhando um papel importante em História, em Filosofia da História e na Hermenêutica Filosófica, este conceito tem estado igualmente na base de estudos sociológicos importantes, como é o caso entre outros de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *The Invention of Tradition* (1983), Edward Shills, *Tradition* (1981), Samuel Eisenstadt, *Tradition, Change and Modernity* (1973). Já do ponto de vista da análise e sistematização das estruturas teóricas, merece referência o trabalho clássico de Robert Nisbet, *Sociological Traditions* (1966), que, influenciado pela perspectiva da história das ideias de Arthur O. Lovejoy (*The Great Chain of Being* (1942), *Essays in the History of Ideas* (1948)), desenvolveu uma análise das «*unit ideas*» da Sociologia. Randall Collins, por seu lado, dava à estampa em 1985 *Three Sociological Traditions*, a primeira versão do livro que agora recenseamos.

No contexto da análise metateórica, a noção de tradição pode ser usada pelo menos em três sentidos: em primeiro lugar, para identificar os autores, teorias ou conceitos que moldaram (e moldam) o desenvolvimento da Sociologia; em segundo lugar, para aferir a influência destes sobre as gerações de sociólogos subsequentes;

e, finalmente, em terceiro lugar, para reconhecer o corpo acumulado de conhecimentos sociológicos sobre o universo social. O seu valor operativo em qualquer um dos três registos que traçam os contornos de uma área do conhecimento — investigação, organização ou sistemático, transmissão (Carrilho, 1982: 12) — é enorme.

Detenhamo-nos na análise de *Four Sociological Traditions*. O livro encontra-se organizado em torno de quatro capítulos, um prólogo e uma conclusão.

No prólogo, trata-se sobretudo de atender aos aspectos subjacentes à institucionalização da Sociologia, desenvolvendo-se também uma análise das condições que estiveram na base do nascimento das *ofências* sociais em geral, e da Sociologia em particular. Assim, o pensamento social é equacionado cronologicamente em vários contextos: o dos impérios agrários; o da criação do intelectual moderno pelas universidades medievais; o Renascimento; as guerras religiosas e o Iluminismo; o surgimento das escolas públicas. Por outro lado, o desenvolvimento de disciplinas como a História, a Economia, a Psicologia e a Antropologia é relacionada com a história da Sociologia.

Quanto aos restantes capítulos, eles debruçam-se sobre as quatro grandes tradições de ideias da História da Sociologia identificadas pelo autor: a tradição do conflito (cap. 1); a racional/utilitarista (cap. 2); a durkheimiana (cap. 3); e a micro-interaccionista (cap. 4). A obra conclui com um curto epí-

logo onde é feito um balanço teórico das quatro tradições sociológicas estudadas.

Colocando-se do lado dos que têm defendido um certo optimismo epistemológico quanto ao estatuto científico da Sociologia, Collins considera que esta disciplina tem feito bons progressos no conhecimento do mundo social (vi). Por esta razão, a centralidade do pensamento clássico não deriva de uma estagnação do conhecimento sociológico que levaria a uma sobrevalorização do pensamento clássico em detrimento do actual, mas sim do facto de existirem «algumas linhas importantes de desenvolvimento que levam dos clássicos às modernas versões da Sociologia» (v). Assim, as tradições sociológicas analisadas na obra constituem-se em «fontes» do pensamento e da análise sociológicos contemporâneos, encontrando-se ancoradas no binómio clássico da Sociologia/avanços do conhecimento sociológico.

Detenhamo-nos um pouco na caracterização de cada uma das tradições sociológicas estudadas por Collins.

Segundo o autor, a tradição do conflito deriva de igual modo de Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber (v). Recusando a tradicional perspectivação das tradições marxista e weberiana como opostas, considera que, em termos sociológicos, elas têm muitos aspectos em comum. Por exemplo, qualquer uma delas desenvolveu teorias do capitalismo, da estratificação social, do conflito político, e outras questões sociológicas macro/históricas. Operando uma distinção entre prática política e prática intelectual, Collins sugere que se ponha de lado o activismo político dos marxistas e a política conservadora por vezes associada aos weberianos e que nos concentremos nas contribuições puramente intelectuais dos autores. Este procedimento permite captar a sofisticada perspectiva da macro-estrutura da sociedade surgida das duas vertentes

desta tradição geral do conflito (vi), que o autor distingue claramente da tradição funcionalista do conflito à qual está associado o par Simmel/Coser.

A segunda tradição sociológica identificada é a durkheimiana. Esta abordagem, associada a nomes como os de A. Comte e de E. Durkheim, está, segundo Collins, ligada à auto-consciência da sociologia. À semelhança do que sucede na análise da tradição do conflito, também aqui se reconhece a existência de duas linhas principais. Uma concentrada na macro-estrutura da sociedade de um modo organicista e evolucionista — muito afastada, portanto, da perspectiva do conflito de Marx, Engels e Weber. Montesquieu, Comte, Spencer, Durkheim e funcionalistas como Merton e Parsons são autores filiáveis nesta linha. A sua propensão para idealizar e para reificar a estrutura social tem levado ao desenvolvimento de críticas aos seus trabalhos. A segunda linha estudada é identificada como o «tronco da antropologia social». Enfatiza os mecanismos «através dos quais os rituais sociais em grupos face a face produzem solidariedade» e desenvolve a ideia de que os «rituais também produzem símbolos carregados emocionalmente que se tornam em ponto de convergência das crenças morais, bem como em limites entre os que pertencem e os que não pertencem ao grupo» (vi). Filiam-se nesta linha de análise, Goffman, com os estudos sobre os rituais da vida quotidiana, e os sociólogos que procuram fazer a articulação com as classes sociais e as fundações culturais da estratificação, contribuindo assim para a construção de uma ponte entre a tradição durkheimiana e a tradição do conflito.

A terceira tradição examinada é a micro-interaccionista. Também aqui o autor detecta a existência de diferentes correntes. A primeira é a versão pragmática, derivada de Charles Sanders Peirce e de George Herbert Mead; a segunda versão é

a do interaccionismo simbólico, fortemente influenciada por Charles Horton Cooley e W. I. Thomas e explicitamente formulada por Herbert Blummer; a terceira versão está associada à Sociologia Fenomenológica e à etnometodologia, desenvolvidas, respectivamente, por Alfred Schutz e Harold Garfinkel. Também aqui, Erving Goffman merece uma menção especial no contexto da discussão desta terceira tradição.

A tradição utilitarista, a nova perspectiva agora incluída por Collins, recobre os contributos das teorias da troca e da escolha racional. Em bom rigor e na economia do livro, não se trata de uma novidade absoluta a referência a este quadro teórico. De facto, como o próprio autor indica, «na edição anterior, as correntes utilitaristas figuravam em larga medida como contraponto para as outras tradições» (vii).

Por exemplo, Durkheim lançou a Sociologia numa nova direcção ao criticar a teoria racional do contrato social e ao negar que qualquer teoria da acção individual fosse capaz de explicar as características da sociedade. Por seu lado, a teoria do conflito está mais perto dos utilitaristas, visto ambas as tradições se preocuparem com «o interesse pessoal» (*self-interest*) e com a importância da economia material. A diferença entre ambas é que a teoria do conflito adopta uma perspectiva muito mais dura das relações sociais apontando para a dominação e as rupturas periódicas da luta violenta, enquanto os utilitaristas sempre tenderam para uma perspectiva liberal mais benigna em que o interesse individual racional contribui para o bem comum. Esta perspectiva optimista da tradição racional utilitarista tem vindo a mudar recentemente, tornando os modernos utilitaristas muito mais críticos da sociedade de hoje em dia. Deste modo, a moderna teoria da escolha racional tende a misturar-se com a teoria do conflito, embora de uma forma politicamente ambígua; é que, enquanto a teoria clássica do conflito

se posiciona normalmente à esquerda, a moderna teoria da escolha racional é criticada quer à direita, quer à esquerda (vii).

Tendo ainda como referente a tradição racional/utilitarista, é de assinalar que a tradição micro-interaccionista, influenciada pelas filosofias idealistas e pragmatistas, tem sido sempre hostil àquela perspectiva. De certa forma, a tensão acima identificada é uma continuação, dentro da área da Sociologia, da longa batalha filosófica entre o idealismo continental e o empirismo britânico. Como refere o autor, nos anos 80 os aspectos idealistas e relativistas desta tradição filosófica foram enunciados de uma forma polémica com a denominação de pós-modernismo. Este movimento é especialmente hostil à perspectiva positivista; assim, num certo sentido podemos dizer que os pontos controvertidos deste debate intelectual têm vindo a ser moldados pela persistência da controvérsia entre velhos oponentes: o crescente movimento da teoria racional utilitarista, por um lado, e das filosofias interpretativas, culturalmente orientadas, que descendem do idealismo alemão, por outro. Os debates que têm vindo a fazer-se dentro destas tradições são, diz-nos Collins, o essencial do que vai acontecendo no nosso panorama intelectual.

Apesar de persuadidos pela argumentação do autor, não devemos deixar de colocar algumas questões à sua tese das quatro tradições sociológicas. Será que o campo argumentativo da Sociologia está suficientemente pacificado ou estandarizado para que não admita outra selecção de tradições? Será que as linhas de continuidade e de articulação entre os vários componentes de cada uma das tradições não poderiam ser outras? Será — como se interroga o próprio autor (291) — que as quatro tradições continuam a existir no mundo sociológico nos anos noventa?

No próprio texto encontramos elementos

que ajudam às respostas. Antes de mais, reconhecer a existência de linhas de continuidade no desenvolvimento da sociologia não significa ignorar a existência de fortes clivagens entre as posições teóricas (v). Com efeito, «a realidade do mundo intelectual de hoje é a de que nós estamos profundamente divididos entre pontos de vista opostos» (v). Contudo «estes desacordos não são infinitos em número e não eliminam um outro importante facto do nosso campo: o facto de que várias linhas de pensamento têm vindo a adquirir um conhecimento crescentemente sofisticado ao longo dos últimos cem anos» (V).

A constatação factual que identifica a existência de debates e desacordos entre diversas posições teóricas, bem como a crescente sofisticação do conhecimento, vão de par com o reconhecimento de que as quatro tradições teóricas seleccionadas não são as únicas áreas da Sociologia onde tem ocorrido acumulação de conhecimento e sofisticação teórica (viii). No entanto, a tese sustentada é a de que as quatro tradições podem afirmar-se como as tradições centrais da Sociologia (viii).

Quanto à segunda questão — a das linhas de continuidade e de articulação entre as várias teorias e autores de cada uma das tradições —, a resposta passa pelo reconhecimento de que, mesmo dentro de cada uma das tradições estudadas existem grandes desacordos, como de resto fica ilustrado ao longo do livro. Desacordos que vão desde a reunião de Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber numa mesma tradição sociológica (conflito), passando pelas dificuldades de unificação das abordagens micro-interaccionistas, até às diferenças na tradição durkheimiana entre funcionalistas e os que desenvolvem análises mais materialistas do ritual e do simbolismo colectivo.

A existência das quatro tradições sociológicas nos anos noventa — terceira pergunta

— levanta também algumas questões. Com é sabido, e apesar dos altruísticos processos de intenção teóricos, os nichos teóricos, a especialização, a autonomização de partes do campo de estudo sociológico concorrem para a perspetivação das quatro tradições como simples formas de descrição, que permitem acentuar continuidades e demonstrar a existência de progresso científico (p. 291). Isto, como é evidente, não obsta a que se reconheça a existência de áreas específicas e de tradições locais.

Uma importante chave para a compreensão do estatuto deste texto de Collins passa pela consideração de que não estamos perante um trabalho que tem por objectivo identificar de uma forma sistemática o estado do conhecimento na Sociologia — tarefa já tentada pelo autor em 1988 na sua *Theoretical Sociology* — mas sim perante um texto que nasce de um critério pessoal de relevância face ao património teórico-conceptual da Sociologia.

Um segundo elemento caracterizador da intertextualidade deste trabalho releva da posição de fundo do autor em relação às possibilidades do conhecimento sociológico. Collins, independentemente dos cambiantes que possam caracterizar a sua atitude epistemológica (cf. por ex. 1989, 1992), partilha com alguns sociólogos da actualidade uma visão positivista da Sociologia. Estes autores, cujas posições estão claramente registadas na colectânea organizada por Jonathan Turner em 1989, *Theory Building in Sociology*, sustentam que existem propriedades invariantes do universo social, que é possível desenvolver modelos abstractos e proposições acerca dessas propriedades e que o conhecimento sociológico pode acumular de modo igual aos das outras ciências.

Fica assim mais clara a identificação feita por Randall Collins dos paradoxos que decorrem das relações que se estabelecem

entre um mundo objectivo e autónomo que existe independentemente dos indivíduos e que determina aquilo que eles pensam e o reconhecimento de que a ciência é socialmente baseada e determinada pela sociedade na qual os cientistas sociais vivem (3-4).

Também ao nível da estratégia de categorização teórica prosseguida pelo autor se detectam algumas consequências. Esta caracteriza-se genericamente por dois atributos: em primeiro lugar, por identificar um conjunto teórico-conceptual (tradição); em segundo lugar, por desenvolver a partir desse conjunto uma metodologia de reflexão de base centrípeta através da qual se vão envolvendo autores e/ou escolas de pensamento consideradas relevantes. Embora não seguindo um estilo claramente analítico, desagregador das teses estudadas, o autor fornece-nos uma visão clara das tradições teóricas abordadas. Cada capítulo tem uma estrutura expositivo/organizativa em tudo semelhante. Em primeiro lugar, identificam-se as principais características da tradição sociológica em causa; em segundo lugar, identificam-se os autores, teses, conceitos, que lhes estão associados, prosseguindo-se uma lógica de acumulação de conhecimento. Em suma podemos dizer, que, por um lado, reconhecemos um eixo identificativo da tradição sociológica analisada e que, por outro lado, reconhecemos um eixo de acumulação de conhecimento sobre o universo social.

Tendo a preocupação de confrontar as debilidades e as vantagens de cada uma das tradições, autores, escolas, conceitos etc, as propostas de integração que decorrem da análise comparativa das quatro tradições teóricas vão surgindo de quando em vez. A título ilustrativo, pode conferir-se a relação entre a tradição racionalista utilitarista e a tradição durkheimiana (70 e 79) ou a articulação entre a abordagem sociológica a dois níveis de Durkheim com os con-

ceitos de funções manifestas e latentes de Merton (198). Portanto, não será de mais insistir que o fio condutor que liga os vários autores analisados é o da acumulação e desenvolvimento do conhecimento sociológico.

Pensamos que neste trabalho o que se perde pelo não aprofundamento da análise das várias teorias estudadas se ganha em identificação da acumulação de conhecimento e em descrição da história do pensamento sociológico. Embora ele utilize uma lógica de confrontação entre continuidades e descontinuidades na teoria sociológica, correndo assim o risco de pensar que encontrou uma sequência de pensamento onde nenhuma existe ou de não a encontrar onde ela existe (Merton 1970: 23), pensamos que as conexões (prefigurações e antecipações) que Collins utiliza, são das mais interessantes.

Embora não nos reconheçamos na concepção de conhecimento sociológico perfilhada por Randall Collins e vejamos com alguma dificuldade a compaginação entre a concepção de totalidade dialéctica de Marx e a concepção de totalidade de Weber que, embora conflitual, não é dialéctica e, portanto, não susceptível de superação no sentido hegeliano de *Aufhebung* (Santos 1987: 304-305), consideramos estar perante um interessantíssimo livro de teorias sociológicas que pode ser lido como uma boa introdução à teoria social e como uma fonte sugestiva para a construção e desenvolvimento teórico. Acompanhando este livro foi também publicada uma colecção de textos que identifica para cada uma das tradições estudadas, alguns excertos de obras importantes dos clássicos e seus sucessores até aos dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA

CARRILHO, Manuel Maria (1982), *O Saber*

- e o Método*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- COLLINS, Randall (1989), «Sociology: Proscience or Antiscience?», *American Sociological Review*, vol. 54.
- COLLINS, Randall (1992), «The Confusion of the Modes of Sociology», Steven Seidman, David G. Wagner (org.), *Post-Modernism & Social Theory*, Cambridge, Blackwell.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia, Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), *Relatório sobre a disciplina de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais*, Coimbra, FEUC.

António Casimiro Ferreira